

Cenários fiscais – desafios e dificuldades para superá-los

George Soares

Secretário de Orçamento Federal

Instituição Fiscal Independente – Senado Federal

Junho - 2018

Questões Preliminares

Hoje, como no passado recente, discutir política fiscal é discutir a solvência do Estado Brasileiro;

O Brasil está discutindo a questão fiscal, em base mais estruturadas, desde o início do Plano Real (1994), isto é a 24 anos, sem contudo muito sucesso;

Tivemos durante todos esses período a construção de uma série de regras fiscais e diversas tentativas de ajustes fiscais, focados principalmente no aumento das receitas;

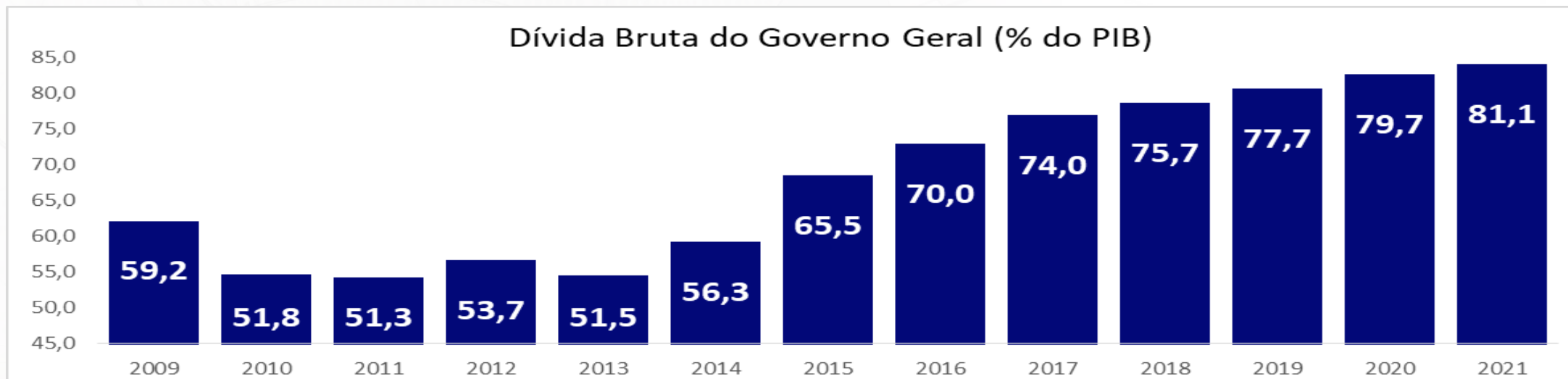
A sociedade brasileira está sofrendo de “Fadiga Fiscal” ?

O Brasil se aproxima do ponto de fadiga do ajuste fiscal sem ter equilibrado as contas públicas, diz o economista Alberto Ramos, diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs. O país discute há praticamente quatro anos a necessidade de ajustar o quadro fiscal, mas pouco fez nessa direção, afirma ele, destacando que os níveis de déficit e de endividamento público são muito elevados para um país emergente.

O economista português nota que o "ajuste fiscal é um problema de caráter econômico, mas tem uma dimensão política e uma dimensão social". Há restrições de caráter político, com dificuldades de se obter a cooperação dos políticos para avançar na agenda fiscal, e restrições de caráter social, numa sociedade que não parece disposta a concordar com aumento de impostos ou corte de gastos. **Jornal Valor Econômico – 15 junho de 2018**

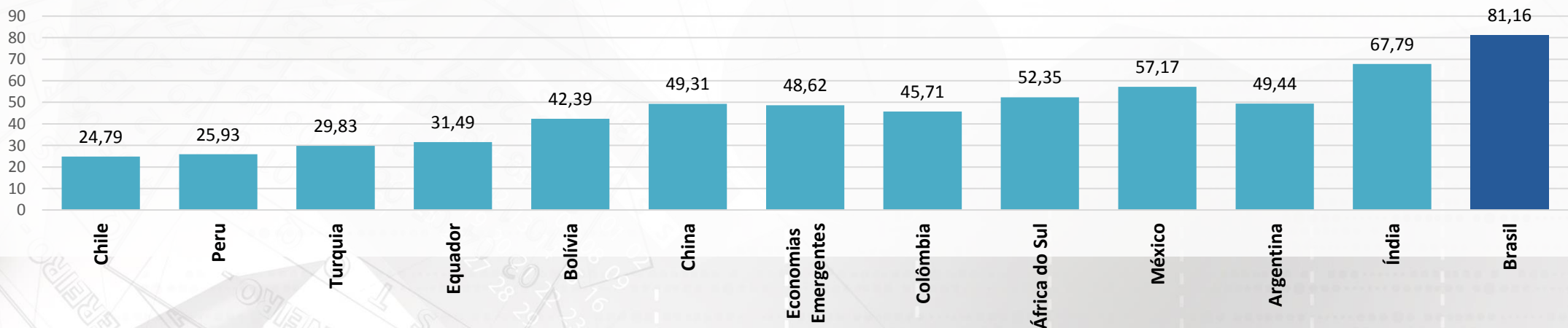
Quadro Fiscal

A dívida pública cresceu e já é muito grande para um país de renda média



Fonte: BCB e Projeção PLDO 2019

Comparação Internacional

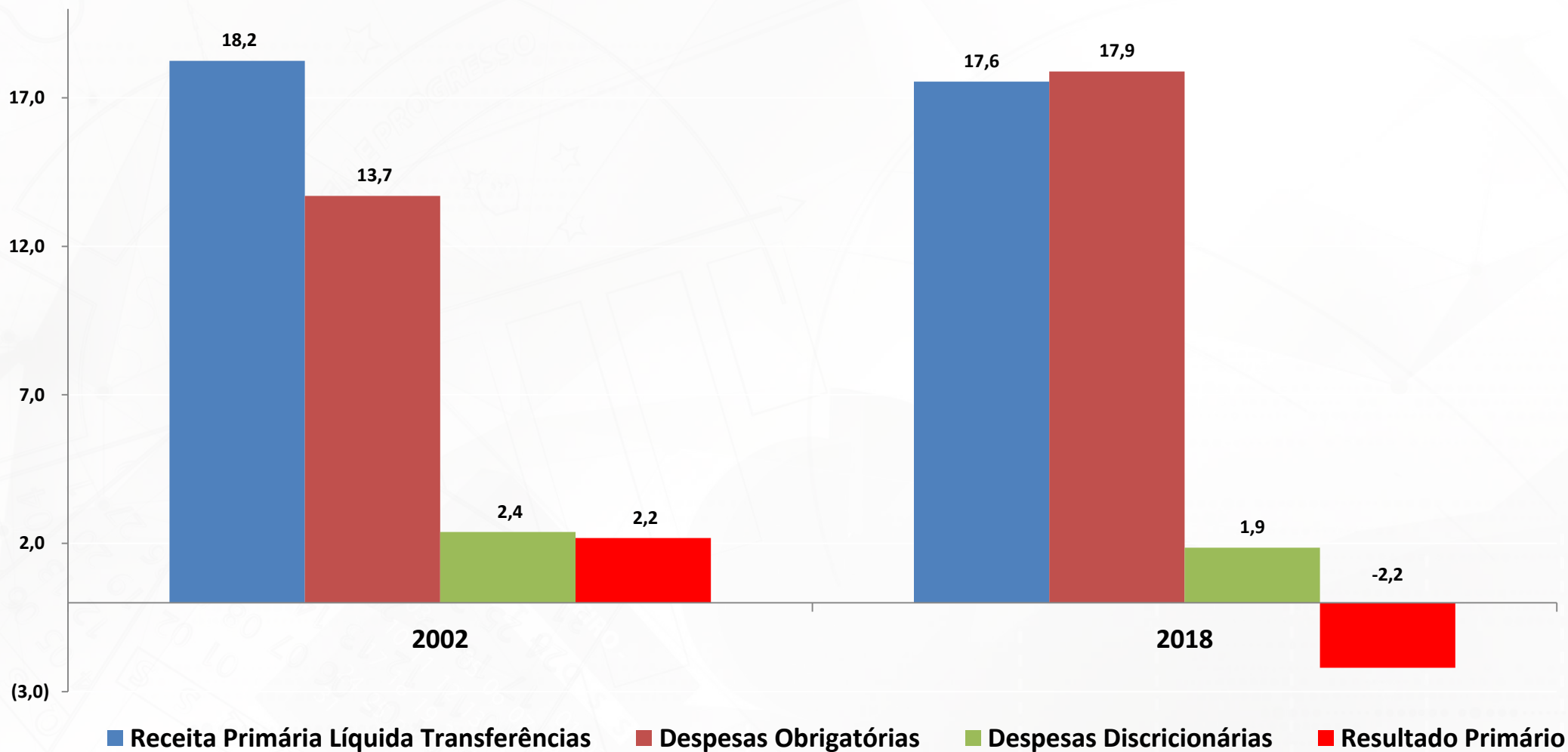


Fonte: FMI – Fiscal Monitor Database – Abril 2017

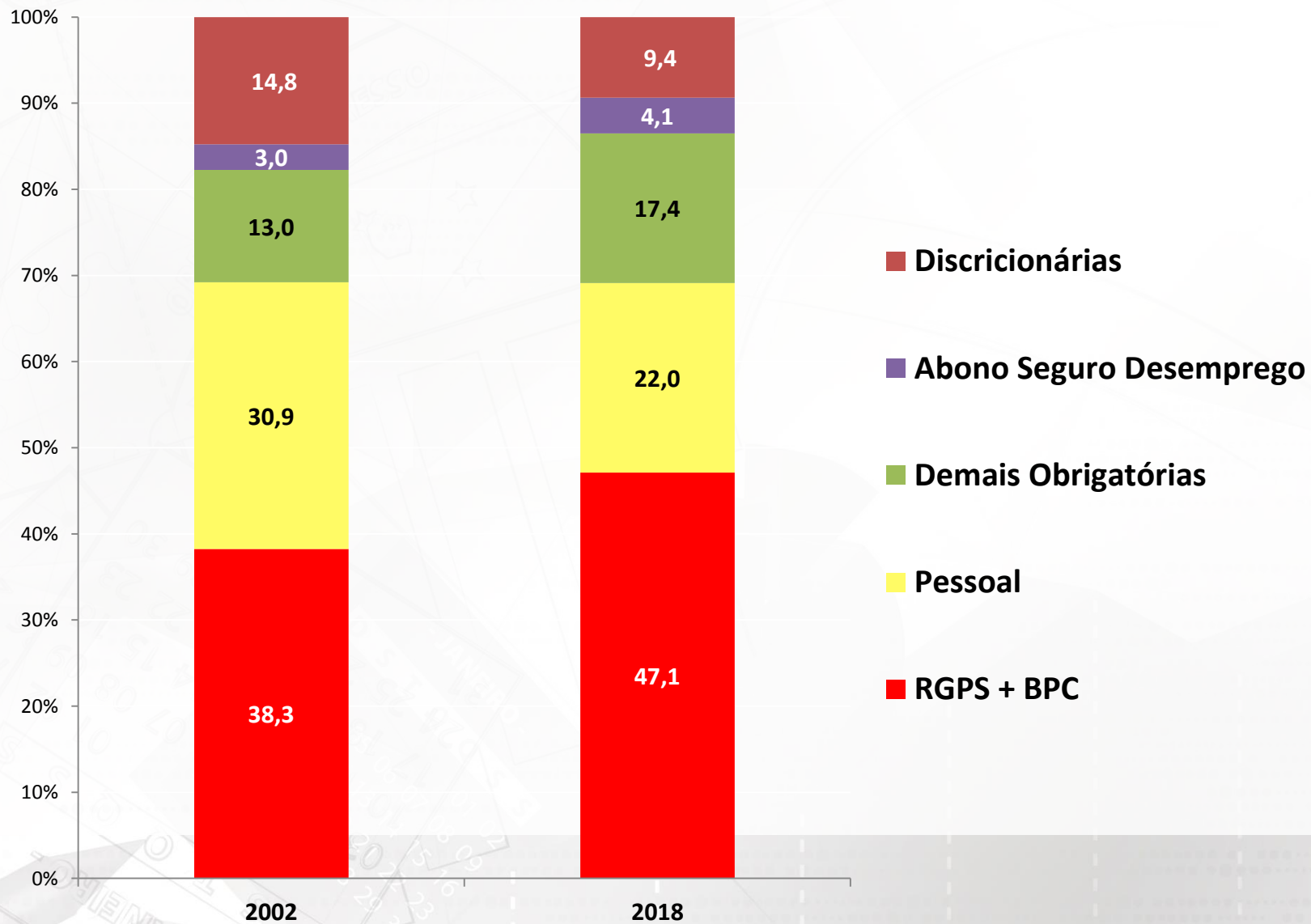
Resultado Primário do Governo Central (% do PIB)



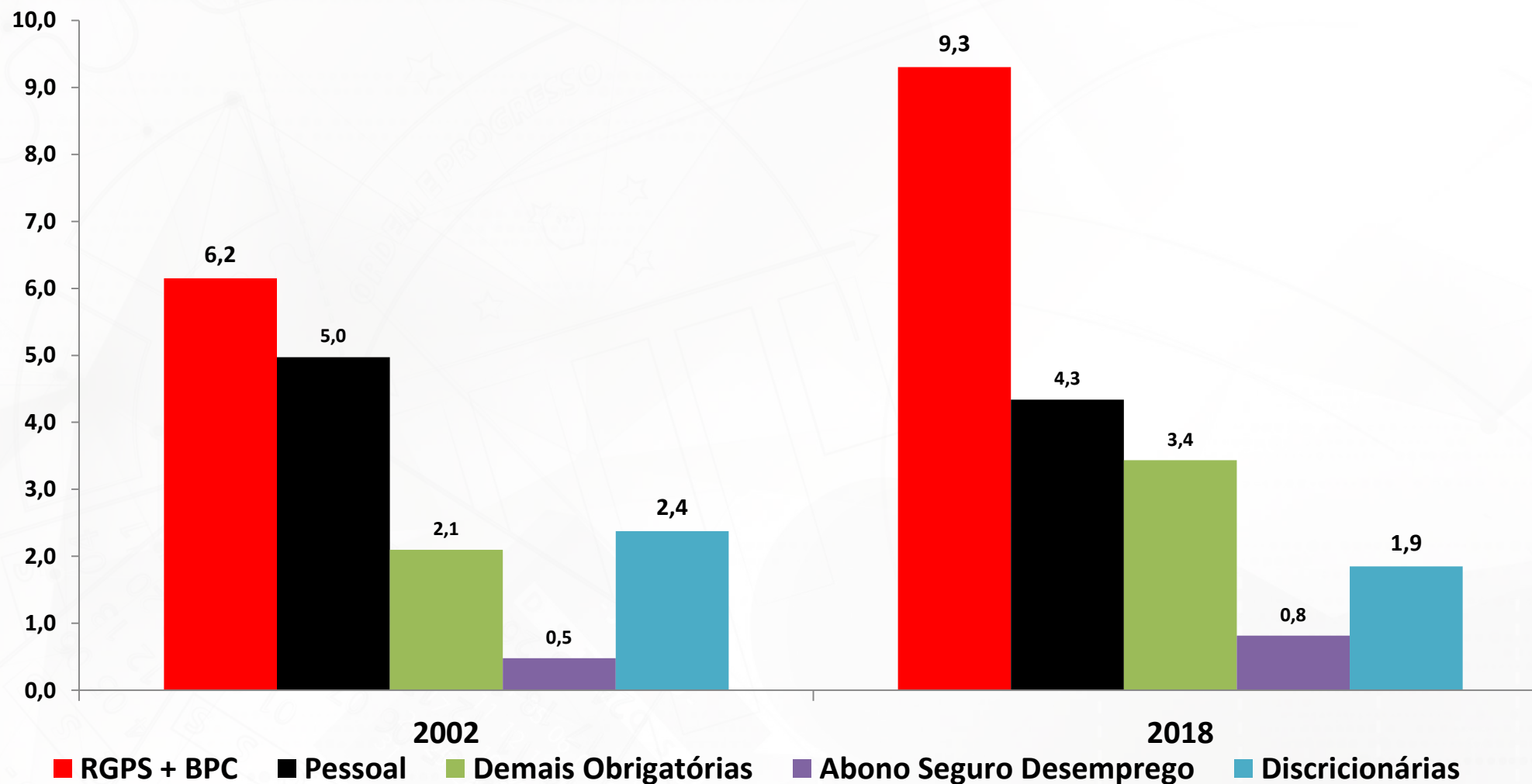
Evolução da Necessidade de Financiamento do Governo Federal (% PIB)



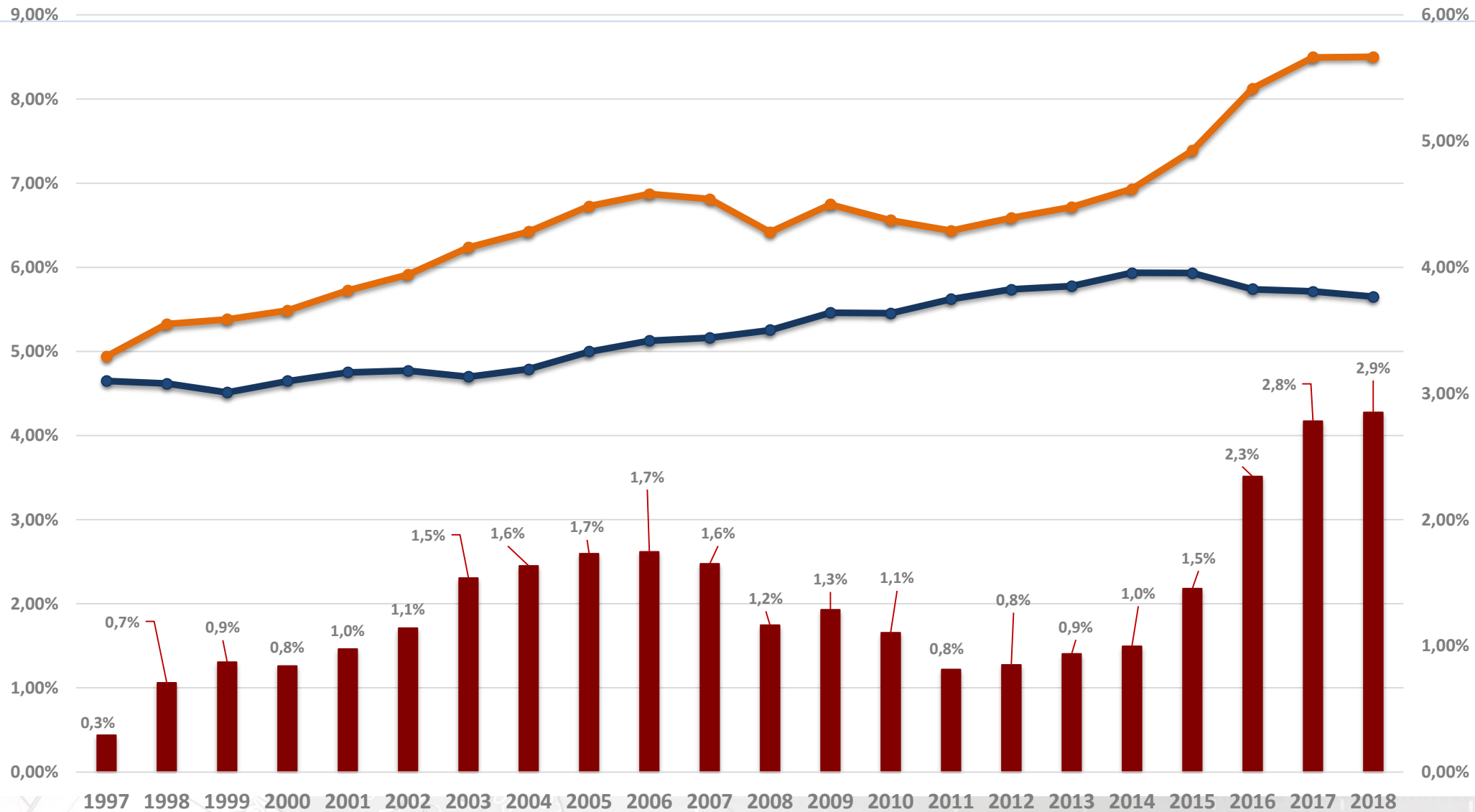
Evolução da Composição da Despesa Primária do Governo Federal (%)



Evolução da Composição da Despesa Primária do Governo Federal em % PIB

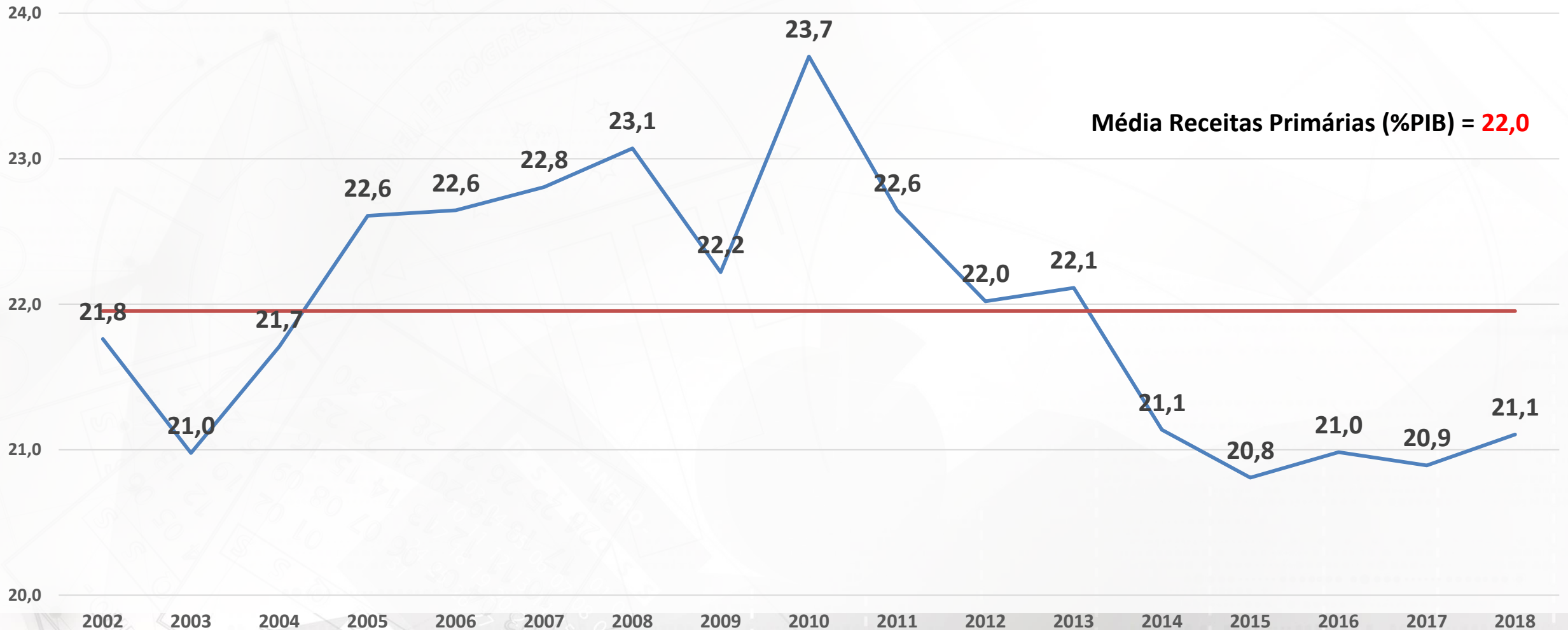


RESULTADO DA PREVIDÊNCIA em % PIB

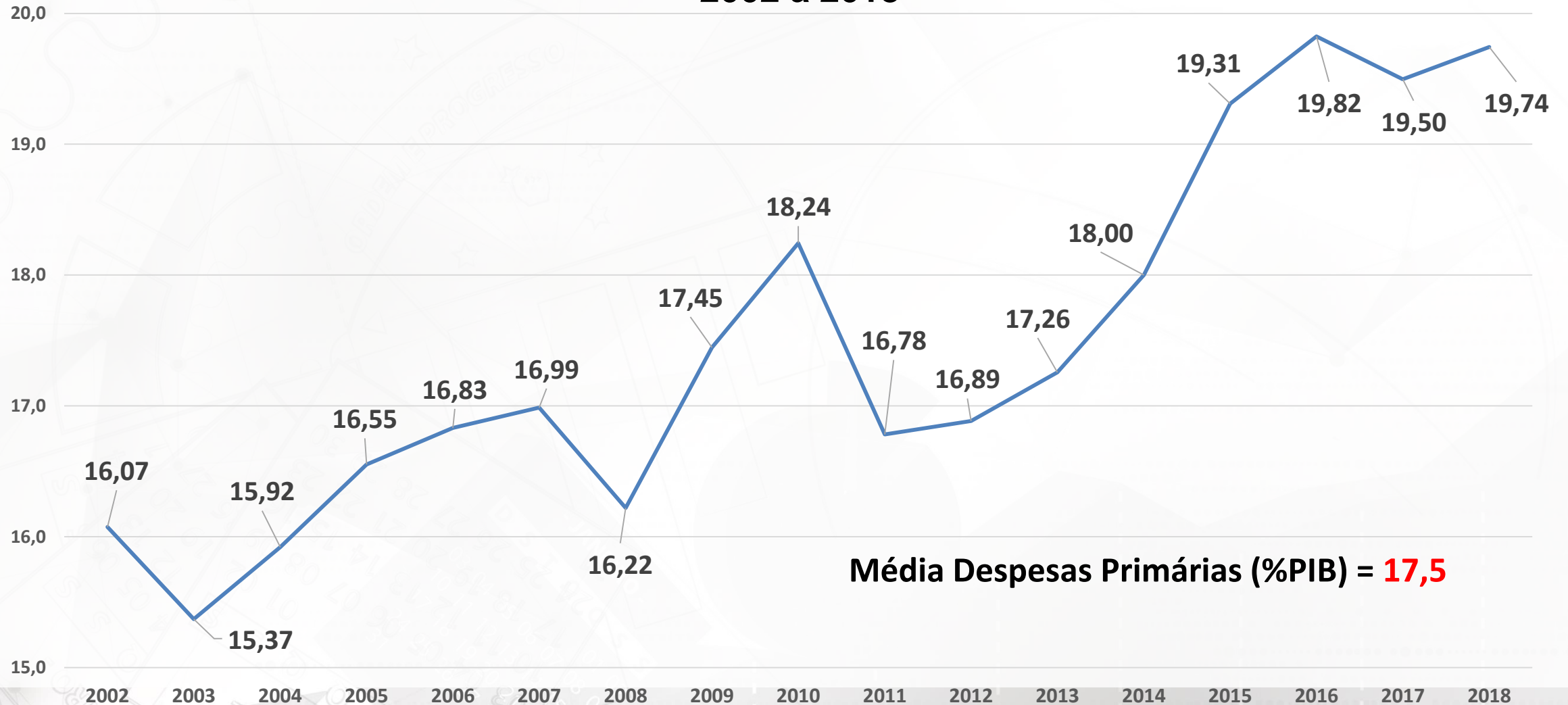


■ Déficit ● Arrecadação Líquida para o RGPS — Benefícios Previdenciários

Evolução das Receitas Primárias em % PIB 2002 a 2018



Evolução das Despesas Primárias, exceto Transferências Repartição Receitas, em % PIB 2002 a 2018



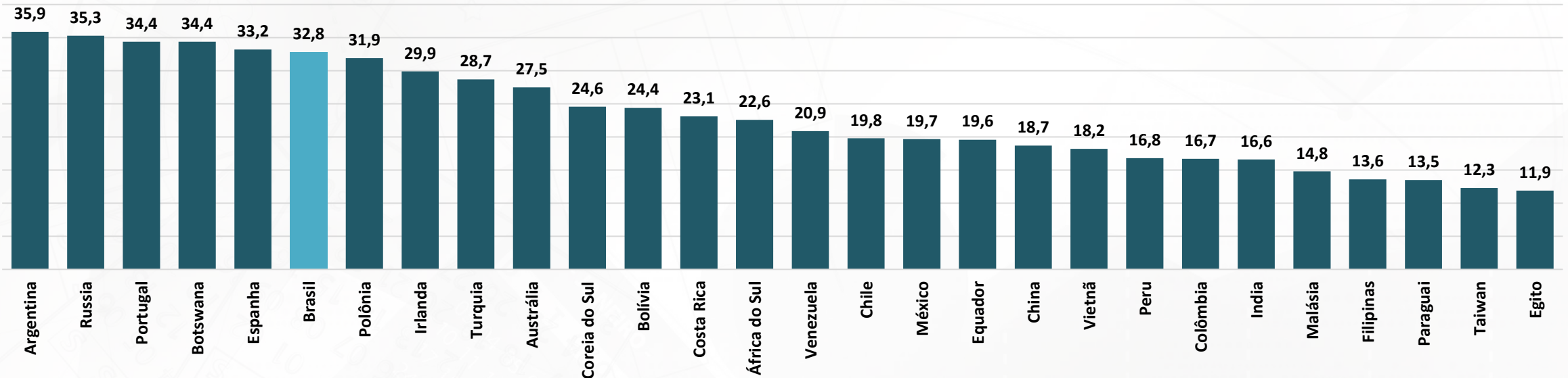
Com os seguintes resultados





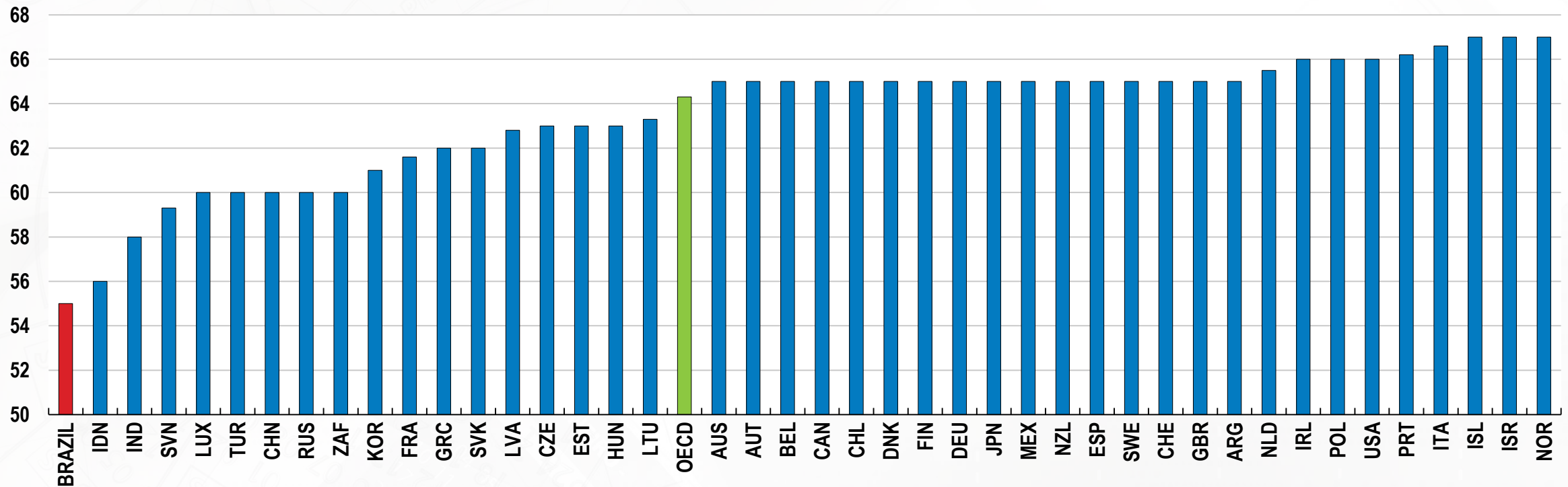
A carga tributária teve que aumentar para financiar a despesa crescente, e já está entre as mais altas do mundo

Carga Tributária (% do PIB)

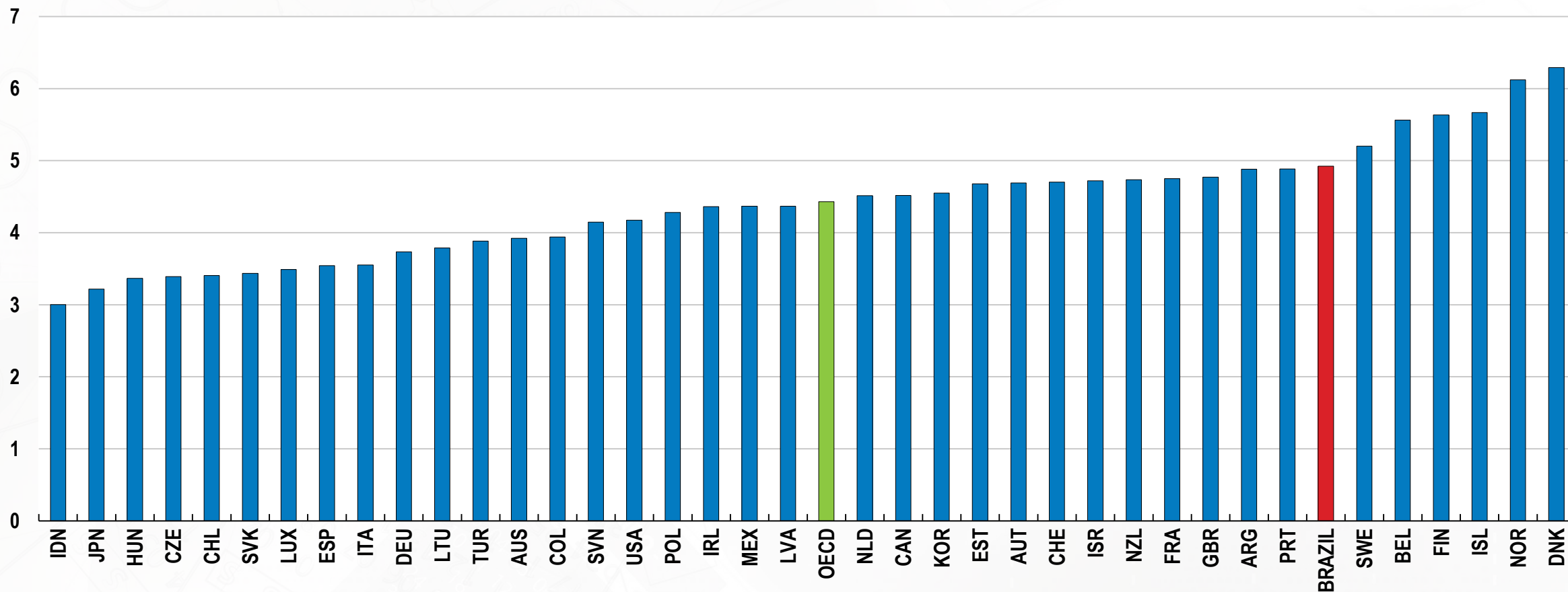


Fonte: Heritage Foundation – 2017 Macroeconomic Data

C. Current retirement ages for a person who entered the labour force at age 20, men

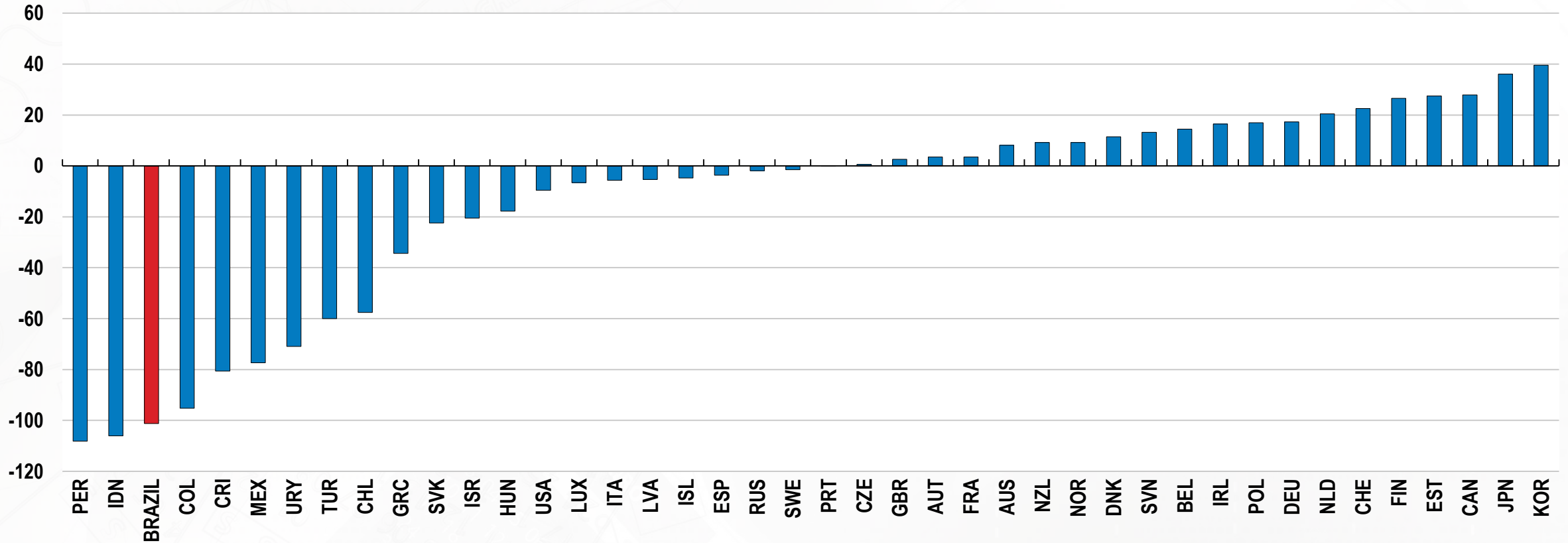


A. Public education spending in % of GDP, 2014



B. PISA outcomes, 2015

Average science, mathematics and reading, deviation from the OECD mean



Novo Regime Fiscal – EC 95

O Novo Regime Fiscal

- Expansão dos gastos da União nos próximos 10 anos não pode ser superior à inflação medida pela IPCA.
- No décimo ano o Presidente da República pode propor ao Congresso alteração da taxa de correção do limite, para valer por mais 10 anos, repactuando-se uma vez a cada mandato presidencial.

O Novo Regime Fiscal

- Limites individuais para os: Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.
- Isenção para transferências intergovernamentais, Fundeb e despesas inesperadas (créditos extraordinários) ou de caráter eventual (capitalizações).

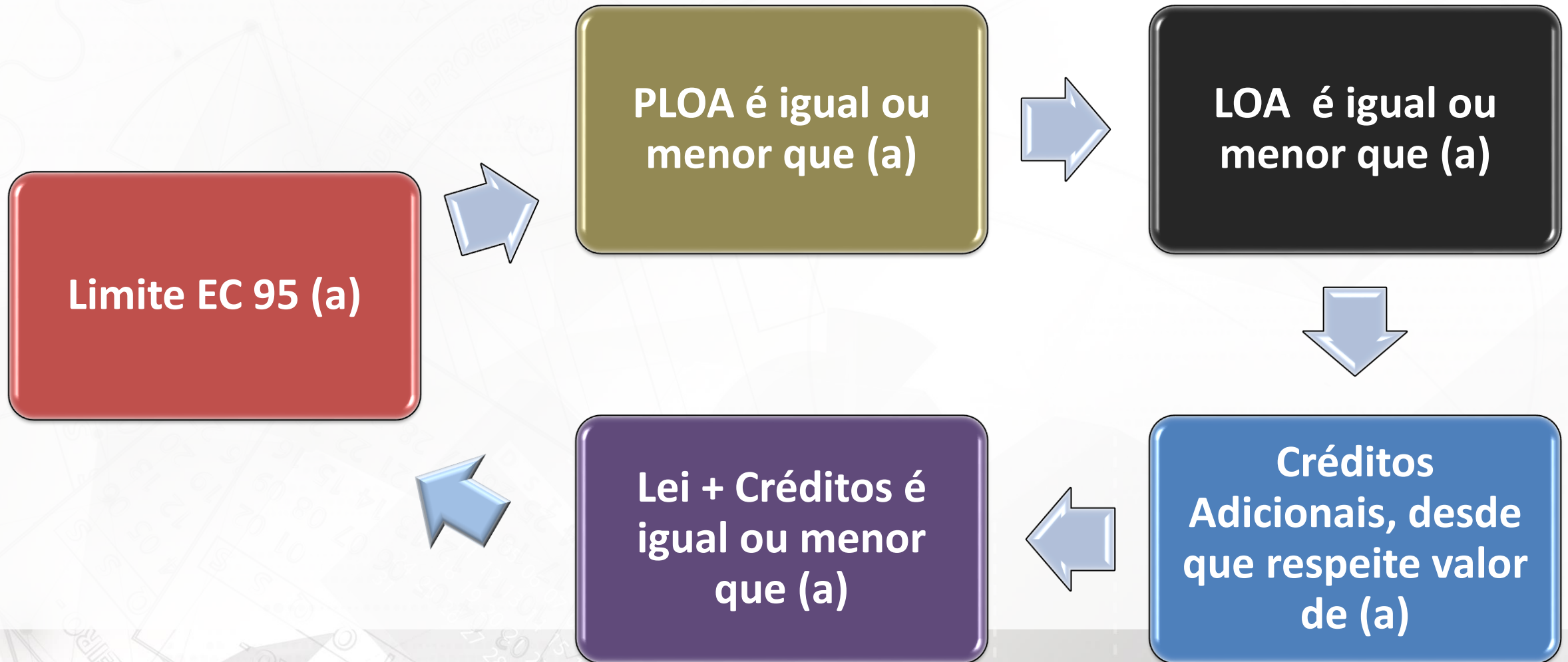
O Novo Regime Fiscal

- Limite mínimo de saúde e educação passa a ser corrigido pela inflação (proteção a estes setores).
- Realismo orçamentário: despesa da lei orçamentária não poderá superar o limite de gastos.
- Não há punição ou paralisia dos programas: descumprimento dispara medidas automáticas de controle de despesas no ano seguinte.

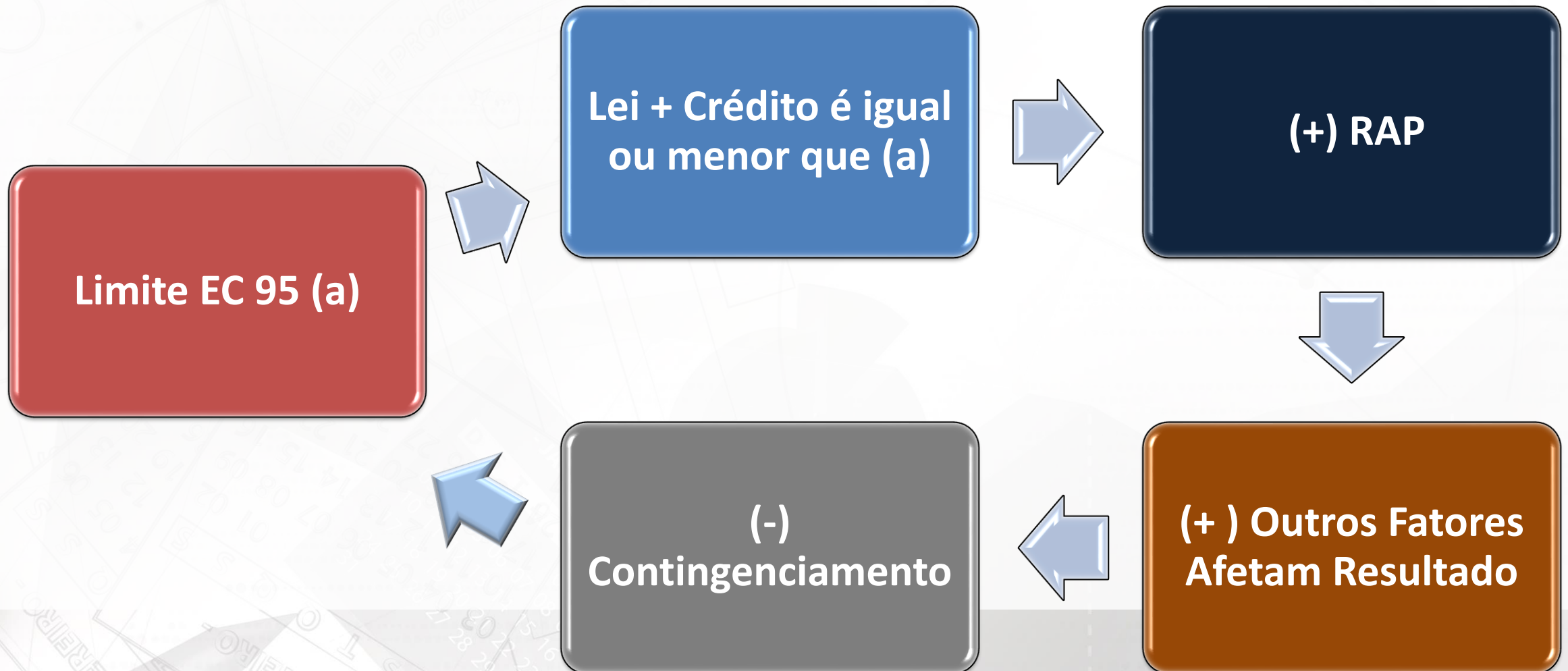
O Novo Regime Fiscal

- Compatibilização dos principais limites de despesas constitucionais com a regra de crescimento dos gastos:
 - Limite mínimo de educação a partir 2018 – É o limite mínimo apurado em 2017, pela regra do art. 212 da CF (18% dos Impostos), corrigido variação do IPCA de Jul_{t-1} a Jun_t ;
 - Limite mínimo da saúde em 2017 passa a ser 15% da RCL, e a partir de 2018, o valor mínimo de 2017 corrigido variação do IPCA de Jul_{t-1} a Jun_t (**Exemplo PLOA 2018 – Variação do IPCA de Jul 2016 a Jun 2017**);

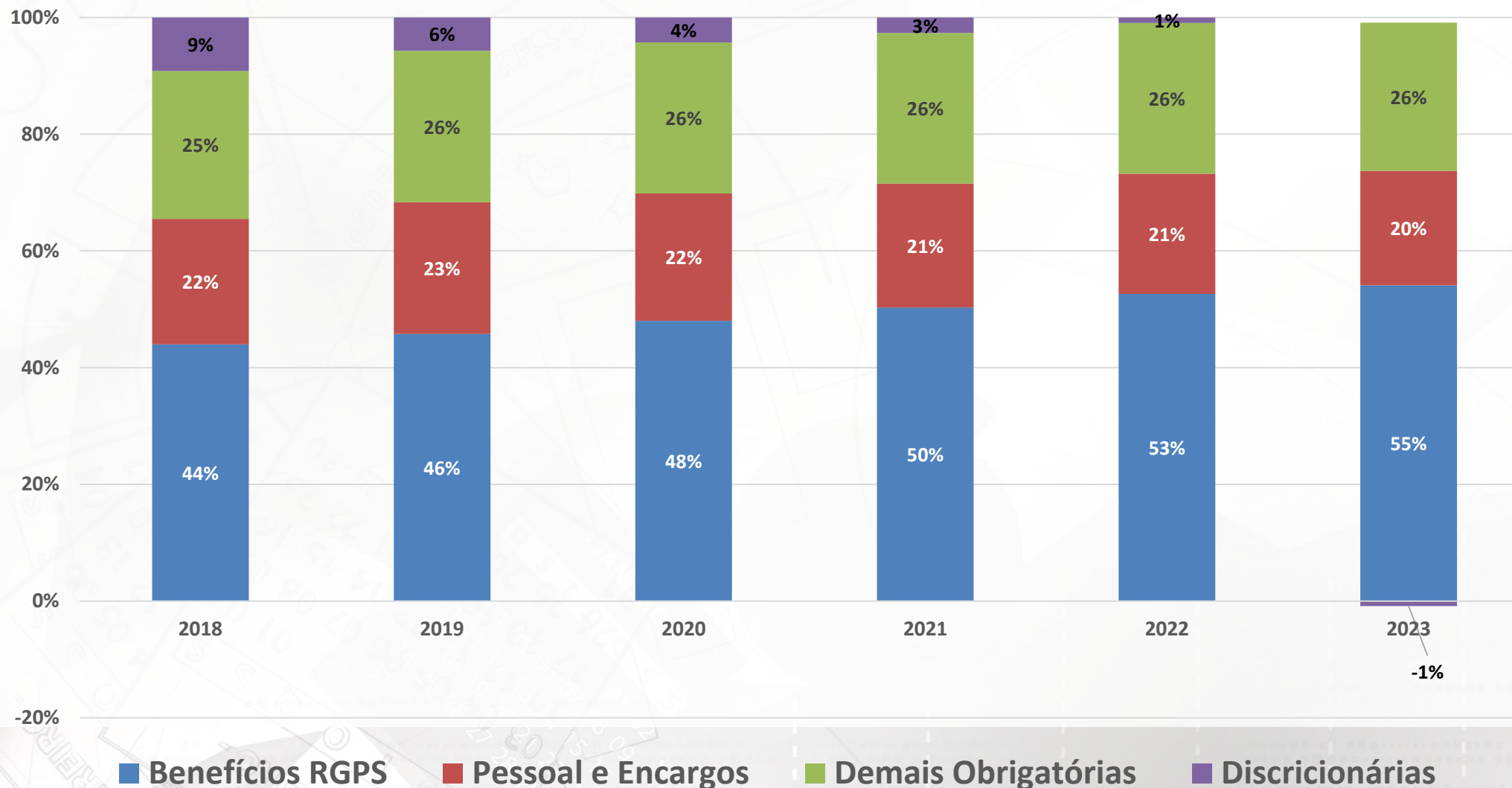
Limite Orçamentário da EC 95/2016



Limite Financeiro da EC 95/2016



Projeção para Evolução dos Limites da EC- 95



Questões/Desafios

Uma das questões mais discutidas atualmente sobre a EC 95, diz respeito ao efeito da EC nos gastos discricionários do Governo.

A questão poderia ser repensada de outra forma: Qual é o nível de endividamento público, que a economia brasileira suporta?

É factível imaginarmos que as despesas obrigatórias poderão continuar a crescer, no médio e longo prazo, no ritmo atual?

Questões/Desafios

Alteração de cultura do Estado Brasileiro;

Interpretações da EC 95, visando equacionar questões particulares de cada Poder/Órgão;

Crescimento das Despesas Obrigatórias (Previdência Social);

Convergência das despesas dos Demais Poderes com a EC 95.



Ministério do
Planejamento

**Governo
Federal**